UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Escola Técnica de Saúde



Av. Prof. José Inácio de Souza, s/nº, Bloco 4K, 5º piso - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: (34) 3225-8495 (Direção) e 3225-8496 (Secretarias) - www.estes.ufu.br: estes@ufu.br (Direção) e sec.estes@ufu.br (Secretarias de Cursos)



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Enfermage	em na Saú	de do Adul	to I					
Unidade Ofertante:	Escola Técni	ca de Saúde	, Curso Técni	co em Enferi	magem				
Código:	ESTES21225	;	Período/Séri	e:	2º		Turma:	2P	
	Ca	rga Horária:					Natu	ireza:	
Teórica:	45h - 54h/a	Prática:	0	Total:	45h - 54h/a	Obrigatória:	(X)	Optativa:	()
Professor(A):	Profa. Noem	i Borges Cos	ta			Ano/Semest	re:	2025.2	
Observações:	Aulas preser	nciais.							

2. **EMENTA**

Fundamentos da saúde do adulto (homem e mulher) e a atuação do técnico em enfermagem no cuidado a esse grupo populacional. Abordagem de contextos clínicos e assistenciais.

JUSTIFICATIVA

Este componente curricular integra a formação do Técnico em Enfermagem, fornecendo conhecimentos necessários para uma atuação qualificada na assistência à população adulta, com base nas diretrizes das políticas públicas de saúde do homem e da mulher estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

4. **OBJETIVO**

Objetivo Geral:

Preparar os estudantes do curso técnico em enfermagem para atuarem com competência no cuidado ao adulto (homem e mulher), mediante o domínio das políticas nacionais de saúde direcionadas a esse público, conforme orienta o Ministério da Saúde.

Objetivos Específicos:

- · Analisar o perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira e mineira para compreender seu impacto na formulação e priorização das políticas de saúde para o adulto.
- Aplicar os princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no planejamento e na execução do cuidado de enfermagem.
- · Identificar os direitos trabalhistas relacionados à maternidade e à amamentação (licença-maternidade e auxíliomaternidade), orientando os usuários sobre o acesso a esses benefícios.
- Aplicar os conceitos de vigilância epidemiológica no monitoramento, prevenção e controle de doenças transmissíveis de relevância para a saúde do adulto, com foco em Dengue, Hanseníase, Tuberculose e HIV/Aids.
- · Executar os cuidados de enfermagem específicos para pacientes com doenças transmissíveis, incluindo medidas de prevenção, controle de infecção e apoio psicossocial ao paciente, familiares e comunidade.
- · Atuar na prevenção e no aconselhamento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), alinhando a prática às diretrizes nacionais e promovendo a saúde sexual.
- Realizar procedimentos técnicos de enfermagem na saúde da mulher, como a instalação de dispositivo vaginal, a coleta de material para citopatológico e o exame clínico das mamas, seguindo protocolos de segurança e acolhimento.
- · Identificar os sinais e adaptações fisiológicas da gestação e prestar assistência de enfermagem qualificada durante o prénatal, abordando as queixas comuns, o esquema vacinal e as recomendações para um acompanhamento adequado.
- · Assistir a mulher nas fases do trabalho de parto, parto e pós-parto, fundamentado nas diretrizes de humanização do parto e nas boas práticas de assistência ao nascimento e ao recém-nascido.
- · Planejar e executar os cuidados de enfermagem no sistema de alojamento conjunto, promovendo o vínculo familiar e apoiando a transição para a maternidade/paternidade.
- · Reconhecer e assistir as complicações mais frequentes na gestação e no puerpério, bem como prestar cuidados humanizados em situações de abortamento.
- · Promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, atuando de acordo com as políticas de incentivo e as proteções legais no ambiente de trabalho.
- · Orientar indivíduos e casais sobre Planejamento Familiar, utilizando métodos contraceptivos de acordo com as preferências do usuário e as diretrizes do Ministério da Saúde, respeitando os aspectos culturais e sociais.

PROGRAMA

- · Perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira e mineira;
- · Políticas e programas de saúde para o público adulto (Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher);
- Conceitos introdutórios sobre doenças transmissíveis: definições, categorias, mecanismos de infecção, medidas de prevenção e sistemas de vigilância;
- · Vigilância epidemiológica e cuidados de enfermagem a pacientes com doenças transmissíveis, familiares e comunidade, com foco em: Dengue, Hanseníase, Tuberculose, HIV/Aids;
- · Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs);
- · Orientação sobre Planejamento Familiar;
- · Procedimentos de enfermagem: Instalação de dispositivo vaginal, coleta de material para citopatológico, exame clínico das

mamas;

- · Humanização do parto e boas práticas na assistência ao nascimento;
- · Gestação: identificação, alterações fisiológicas e adaptações maternas;
- · Assistência pré-natal: finalidades, recomendações, número de consultas, técnicas, esquema vacinal e abordagem das queixas mais comuns na gravidez;
- · Fases do trabalho de parto;
- · Cuidados no pós-parto;
- · Abortamento: aspectos assistenciais;
- · Complicações mais frequentes na gestação e no puerpério;
- · Sistema de alojamento conjunto;
- · Direitos trabalhistas: licença-maternidade e auxílio-maternidade;
- · Aleitamento materno e proteção legal no ambiente de trabalho.

6. METODOLOGIA

A disciplina de Enfermagem em saúde do Adulto I será ministrada em modalidade presencial, empregando metodologias diversificadas para fomentar e estimular o pensamento crítico e clínico dos discentes, orientado para as práticas de enfermagem em pediatria. Serão adotadas as Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, complementadas por aulas expositivo-dialógicas com utilização de materiais, recursos pedagógicos e equipamentos pertinentes à assistência à saúde do Adulto. Adicionalmente, serão utilizados recursos tecnológicos.

A avaliação da aprendizagem, compreendida como um processo contínuo e instrumento de mensuração do rendimento acadêmico, consistirá na aplicação de atividades semanais (prévias e pós-aula), tarefas realizadas em grupo e em sala de aula, avaliações teóricas formais e apresentações orais.

Recursos Necessários

Os discentes deverão dispor dos seguintes recursos: computador com acesso à internet; endereço de correio eletrônico (e-mail); software editor de texto; programa visualizador de arquivos no formato PDF; e materiais para anotações.

PLANEIAMENTO DE ATIVIDADES PRESENCIAIS

6.1. Cronograma

		PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PRESENCIAIS	
		HORÁRIO: 16:00h às 18:30h (Segundas-feiras) - 3 horas/aula	
		SALA: 244 - Bloco 4k	
Sen	nana Data	Conteúdos e Atividades	Professora
1	20/10/25	Recepção dos alunos, apresentação da disciplina, orientações sobre as atividades avaliativas.	Profa. Noemi
2	03/11/25	Planejamento Familiar.	Profa. Noemi
3	10/11/25	Gravidez: diagnósco, modificações e adaptações. Períodos clínicos gestacionais. Principais complicações na gestação e no período puerperal	Profa. Noemi
4	14/11/25	1ª Avaliação - Valor: 30 pontos.	Profa. Noemi
5	17/11/25	Gravidez ectópica. Assistência Pré-natal (Objetivos do pré-natal, recomendações do programa pré-natal, consultas, procedimentos técnicos, imunização, condutas nas queixas mais frequentes da gravidez).	Profa. Noemi
6	24/11/25	Amamentação/ Direito a licença maternidade e salário maternidade.	Profa. Noemi
7	15/12/25	2ª Avaliação. Valor 30 pontos.	Profa. Noemi
8	02/02/26	Técnicas de enfermagem: Instalação Vaginal, Coleta de Material para exame citológico. Técnicas de coleta de exame colpocitológico .Prof Tatiana Carneiro de Resende	Profa. Noemi
9	09/02/26	CA mama e colo do útero. Exame clínico das mamas	Profa. Noemi
10	23/02/26	Humanização no parto.	Profa. Noemi
11	02/03/26	Alojamento conjunto Pós-parto.	Profa. Noemi
12	09/03/26	3ª Avaliação. Valor 40 pontos.	Profa. Noemi
13	16/03/26	Vista de avaliação. Resultados. Encerramento. Atividade de Recuperação (100 pontos).	Profa. Noemi

Recuperação

Conforme Decisão Administrativa COENF 01/2024, será garantida a realização de uma atividade avaliativa de recuperação ao estudante que não obtiver o rendimento mínimo para aprovação (>60,0 pontos) e que apresentar frequência mínima de 75% na disciplina e terá como resultado para registro a nota máxima 60,0 pontos, e aquele que for considerado reprovado terá como registro o maior resultado apurado entre o resultado obtido ao longo do semestre e o da avaliação de recuperação. Esta atividade ocorrerá ao final do semestre.

7. **AVALIAÇÃO**

7.1. Para ser Aprovado:

É preciso comparecer a, pelo menos, 75% das aulas e tirar nota final de 60 pontos ou mais.

7.1.1. Critérios de Avaliação da disciplina:

- · 1ª Avaliação. Valor 30 pontos.
- · 1ª Avaliação. Valor 30 pontos.
- · 3ª Avaliação. Valor 40 pontos.

7.2. Prova de Recuperação:

O aluno que tiver presença de 75% ou mais, mas não atingir a nota para passar, poderá fazer uma prova de recuperação no fim do semestre. A prova vale 100 pontos e cobre toda a matéria. Para ser aprovado, é preciso tirar 60 pontos ou mais nessa prova.

7.2.1. Critério de Recuperação da disciplina:

· Avaliação de Recuperação (100 pontos).

8. **BIBLIOGRAFIA**

<u>Básica</u>

- · REZENDE: Obstericia Fundamental 14 edição 2018.
- · Manual SOGIMIG de Ginecologia e Obstetrícia
- · FEBRASGO. GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA FEBRASGO. 2ª EDIÇÃO. Autor: Almir Antonio Urbanetz
- · REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Brasília, DF: Associação Brasileira de Enfermagem, 1945-. Disponível em: hp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7167&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2019.
- · BATISTA, G.F. Saúde e gênero: conceito de gênero na produção científica brasileira de saúde e representação de gênero pelos gestores locais da atenção primária / Gláucia de Fátima Batista. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/10008/Dissertacao_SC_GlauciadeFatimaBatista.pdf?seque nce=2&isAllowed=y . Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. **Política nacional de atenção integral a saúde do homem [recurso eletrônico]** / Elza Berger Salema Coelho... [et al] Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_integral_saude_homem.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS № 3562**, de 12 de Dezembro de 2021 altera o Anexo XII da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) de 28 de setembro de 2017. Brasília, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt3562 15 12 2021.html. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal/ Laurez Ferreira Vilela (coordenadora) Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atendimento_vitimas_violencia_saude_publica_DF.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional 1. Ed Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p. Disponível em: http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Portaria Conjunta nº 10, de 16 de Abril de 2020. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo**. Disponível em https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//protocolo-clinico-ediretrizesterapeuticas-do-tabagismo.pdf . Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Brasília: Editora do Ministério da Saúde, **2010**. 24 p. : il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência** Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência/
 Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em:
 https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. **Decreto n.º 7.053, de 23 de Dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União 24 Dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2007- 2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** 2ª edição Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 21 set. 2022.

- · BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_hanseniase.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- CONTAGEM. Prefeitura Municipal de Contagem. Secretaria Municipal de Saúde. Diretrizes para o Manejo de Situações de Violência: Intersetorialidade, um desafio a ser consolidado! Contagem, 2022. 62p. Disponível em: https://www.contagem.mg.gov.br/sms/wp-content/uploads/2022/03/Manual-demanejos-de-situacoes-de-violencia-2022-FINAL-para-publicacao-18-fevereiro-2022.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- POPADIUK, G.S.; OLIVEIRA, D.C.; SIGNORELLI, M.C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. Ciência & Saúde Coletiva, 22(5):1509-1520, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/JVTfd3DqVzN3dPMLPJJYLVy/abstract/?lang=pt. Acesso em 21 set. 2022.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Unidade de Atenção Primária/Secretaria de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde. Superintendência de Atenção Primária. Hanseníase: manejo diagnóstico e terapêutico. 1. ed. Rio de Janeiro: SMS, 2018.
 48 p. Disponível em: https://subpav.org/SAP/protocolos/arquivos/GUIAS_REFERENCIA/guia_de_referencia_rapida_hansenias e_manejo_diagnostico_e_terapeutico.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- · SILVA, M. R.; FAVIERI, G.; CASTILHO, M. A. Estudos dos Padrões de Consumo de Álcool em Multiterritórios por Adolescentes. **Rev. Augustus** | ISSN: 1981-1896 | Rio de Janeiro | v.28 | n. 55 |out.2021/dez.2021 | p. 162-186. Disponível em: https://premioaugustomotta.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/84.

Complementar

- GOMES, R.; MURTA, D.; FACCHINI, R.; MENEGHEL, SN. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1997-2005, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/rWF4kWq4ShjdXGghXY7BFwt/abstract/?lang=pt. Acesso em 21 set. 2022.
- · SILVA, ACA., et al . Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 24, e190568, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/j/icse/a/FFrYInPRddNv6s69ZbLJgCt/?lang=pt. Acesso em 21 set. 2022.
- · CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN 537/2017**. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN 549/2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no- 5372017 50102.html. Acesso em 21 set. 2022.
- FGV. Clínica de Políticas de diversidade da FGV Direito SP. A violência LGBTQIA+ no Brasil. 2020. Disponível em: https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2020/12/B-LUZ-a-violencia-lgbtqia-nobrasil1.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- SERAFINO, I.; LUZ L.C.X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/QnBZpPSkC6Zwv6YD6nnTdcq/abstract/?lang=pt. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua** / Ministério da Saúde.
- · Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populalcao_rua.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- PINHEIRO, M.G.C.; SIMPSON, C.A. Preconceito, estigma e exclusão social: trajetória de familiares influenciada pelo tratamento asilar da hanseníase. Rev enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2017; 25: e13332. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13332/21708. Acesso em 21 set. 2022.
- PINHEIRO, M.G.C.; MIRANDA, F.A.N.; SIMPSON, C.A.; CARVALHO, F.P.B.; ATAIDE, C.A.V.; LIRA, A.L.B.C. Compreendendo a "alta em hanseníase": uma análise de conceito. Rev Gaúcha Enferm. 2017;38(4):e63290. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/GkVpMDZXcKhXrrfRrPzXN3v/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 21 set. 2022.
- RAMOS, J.M.H.; SOUTO, F.J.D. Incapacidade pós-tratamento em pacientes hansenianos em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. Rev Soc Bras Med Trop. 2010;43(3):293-7. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/8THMSXMkqFXYqbHbbqLHSsw/abstract/? lang=pt. Acesso em 21 set. 2022.
- · BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico hanseníase 2020. Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde Número Especial | Jan. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centraisde-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2022/boletim-epidemiologico-de-hanseniase- _-25-01-2022.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- · WORL HEALTH ORGANIZATION. Global Health Observatory data repositor. **Number of new Leprosy cases 2021**. Disponível em: https://apps.who.int/neglected_diseases/ntddata/leprosy/leprosy.html. Acesso em 21 set. 2022.
- · ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Estratégia Global de Hanseníase 2021-2030.** Rumo à zero hanseníase. Disponível em: https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789290228509. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Estratégia Nacional para Enfrentamento da Hanseníase 2019-2022/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis -Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/2020/estrategianacionalpara-enfrentamento-da-hanseniase-2019-2022/view. Acesso em 21 set. 2022.
- · SILVA, J.S.R. et al. Variáveis clínicas associadas ao grau de incapacidade física na hanseníase. **Rev Cuid**, Bucaramanga, v.10, n.1, e618, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732019000100212. Acesso em 21 set. 2022.
- MENDES, A.M.; LEITE, M.S.; LANGDON, E.J.; GRISOTTI, M. O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. Rev Panam Salud Publica 42, 2018. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49563/v42e1842018.pdf? sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 21 set. 2022.

9.	APROVAÇÃO	
Aprovado e	em reunião do Colegiado realizada em:	_//_
Coordenaç	ão do Curso de Graduação:	



Documento assinado eletronicamente por **Noemi Borges Costa**, **Professor(a) Substituto(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 22/10/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539</u>, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Richarlisson Borges de Morais**, **Coordenador(a)**, em 03/11/2025, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6° , § 1° , do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?
A autenticidade deste documento conferir&id organo_acesso_externo=0, informando o código verificador https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?
A autenticidade deste documento conferir&id organo_acesso_externo=0, informando o código verificador https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?

Referência: Processo nº 23117.073702/2025-67

SEI nº 6791749